

das quais constem os salários anteriores e os corrigidos.

### PARÁGRAFO TERCEIRO

Fica estabelecido que havendo nova contratação após junho de 2019 as empresas descontarão da remuneração dos empregados a importância de 3% (três por cento) e recolherão a contribuição assistencial com base na sua primeira folha de pagamento, realizando o recolhimento através de guias próprias fornecidas pela Entidade Profissional no mês subsequente a contratação.

### PARÁGRAFO QUARTO

O recolhimento dos valores além dos prazos estabelecidos será acrescido de multa de 2% (dois por cento), juros moratórios e atualização monetária pela variação do INPC.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA – CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL

Conforme acordado em Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato do Comércio Varejista de Itajubá, realizada no dia 16 de maio de 2019, devidamente convocada por meio de Edital publicado em 11 de maio de 2019, no jornal "O Sul de Minas", página 9, instituiu, de acordo com o artigo 513, alínea "e" da CLT, que todas as empresas representadas por esta entidade patronal obrigam-se a recolher, até 30 de julho de 2019, a título de Contribuição Negocial Patronal, mediante guia própria enviada ao representado, via correio ou mala direta, ou ainda solicitado pelo empresário através do endereço eletrônico [sindicato@sindicatoitajuba.com.br](mailto:sindicato@sindicatoitajuba.com.br).

### PARÁGRAFO PRIMEIRO

A Contribuição Negocial Patronal tem como base o valor fixo acrescido do número de funcionários existentes na empresa na data de 01 de janeiro de 2019, conforme tabela a seguir:

CATEGORIA	VALOR FIXO	ADICIONAL POR EMPREGADO
MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	R\$ 39,00	-
DEMAIS CATEGORIAS	R\$ 120,00	1,00

### PARÁGRAFO SEGUNDO

Todas as empresas do segmento do comércio varejista representadas pela Entidade Patronal conveniente se obrigam ao pagamento da contribuição negocial patronal, criada com força de lei, conforme caput do artigo 611-A da CLT, uma vez que serão beneficiárias diretas do presente instrumento coletivo.

### PARÁGRAFO TERCEIRO

O recolhimento deve ser feito por estabelecimento/unidade/CNPJ, ou seja, empresas que possuem vários estabelecimentos na base de representação devem efetuar o recolhimento da contribuição tanto da matriz quanto das filiais.

### PARÁGRAFO QUARTO

Expirado o prazo de 30 de julho de 2019, incidir-se-á multa de 2% sobre o valor principal, acrescido de 1% de juros ao mês.

### PARÁGRAFO QUINTO